

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

REQUERIMENTO No / 2024
(Do Sr. Deputado Afonso Hamm)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, para debater sobre o valor da tarifa, nova licitação e o fim do contrato dos pedágios nas BR-116 e BR-392, no Estado do Rio Grande do Sul, pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul (Ecosul).

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública na Comissão de Viação e Transportes, para debater o fim dos contratos dos pedágios nas BR-116 e BR-392 pela Empresa Concessionária de Rodovias do Sul (Ecosul), assim como debater sobre a nova licitação dos trechos e o atual valor da tarifa nas praças.

Sugiro que sejam convidados para discutir o assunto:

- Renan Filho - Ministro da Infraestrutura
- Rafael Vitale Rodrigues - Diretor Geral da ANTT
- Fabricio de Oliveira Galvão – Diretor Geral do DNIT/RS
- Marcus Vinicius Almeida - Deputado Estadual (PP/RS) e Presidente da frente parlamentar de desenvolvimento da metade Sul
- Afrânio Rogério Kieling - Presidente da FETRANSUL
- Eduardo Leite – Governador do Estado do Rio Grande do Sul
- Claudio Bueno Pinheiro – Presidente do SETCESUL – Sindicato das empresas de transportes rodoviários de cargas do Extremo Sul
- Luiz Carlos Bohn – Fecomercio/RS



JUSTIFICATIVA

A duplicação de rodovias federais gaúchas é fundamental para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, em especial, na região da Metade Sul do Estado.

Há dois anos antes do encerramento do pior contrato de concessão que existe no Brasil, o governo federal quer estender essa condição com a Empresa Concessionária de Rodovias do Sul (Ecosul) sem realizar a licitação em 2026, sem debater com a região, às escuras.

Entendemos necessário debater o interesse em prorrogar um contrato que não beneficia o Rio Grande do Sul e, mais que isso, que prejudica a capacidade competitiva do Porto do Rio Grande. A prorrogação nem sequer beneficia o próprio governo federal, haja vista que o valor arrecadado em nova licitação seria “dinheiro novo” aos combalidos cofres federais, que já somam um déficit de R\$ 230 bilhões.

Aliás, há 26 anos, a única beneficiada com a implantação das praças de pedágio na Metade Sul foi a concessionária Ecosul, que dois anos após assumir as rodovias, em 1998, já conquistara uma prorrogação até 2026.

Nas obras elencadas pela concessionária está a duplicação de oito quilômetros da BR-392, que beneficiaria o transporte de cargas, pois está localizado na região do Porto de Rio Grande. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) chegou a realizar projetos da obra, mas ela nunca saiu do papel.

Outra construção que seria assumida é a recuperação da ponte do Canal São Gonçalo, na BR-392, em Pelotas. Ela está desativada desde 1974 em função de problemas nas suas vigas. O recurso para realizar as obras sairia de um novo pedágio que seria construído na BR-116, em Camaquã, onde começa a concessão da empresa.

Embora a proposta signifique ampliar os investimentos na região, com geração de emprego e renda, temos que considerar que o contrato atual da Ecosul só prevê a manutenção e a conservação dos 457,3 quilômetros de sua competência, portanto, permitir que a Ecosul construa mais uma praça de pedágio inviabilizaria o repasse da BR-116, entre Porto Alegre e Camaquã, para a iniciativa privada.

Diante desse cenário, como presidente da Frente Parlamentar pela Conclusão da Duplicação da BR-116, propomos esse debate público com objetivo de reunir todas as



partes envolvidas para esclarecer o que está sendo encaminhado, no sentido de contribuir para que as obras de duplicação tão necessárias nas estradas da região sejam realizadas, porém, sem penalizar os usuários que por elas trafegam com preços de pedágios abusivos, o que também reduz a competitividade de nossas exportações, o transporte da matéria prima e impacta de forma significativa na vida dos usuários da estrada.

Vivemos um novo momento, com uma profunda crise econômica, tendo em vista a pandemia, por isso, não aceitaremos qualquer medida que traga ainda mais dificuldades aos transportadores, empresas, empreendedores e turistas que utilizam a BR-116.

Pelas razões aqui expostas e pela relevância do tema, aguardo na expectativa do acolhimento dos Nobres Pares e a aprovação desse requerimento.



Deputado federal Afonso Hamm
Presidente da Frente Parlamentar pela Conclusão da Duplicação da BR-116

